



EMPODERANDO  
MULHERES NEGRAS

PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA  
RACIAL E DE GÊNERO

# Não fale por mulheres negras, fale com mulheres negras

Uma abordagem jornalística para o  
enfrentamento ao racismo em pautas  
sobre violência racial e de gênero





# EMPODERANDO MULHERES NEGRAS

---

PARA O ENFRENTAMENTO À  
VIOLÊNCIA DE GÊNERO



Criola 2026

# Não fale por mulheres negras, fale com mulheres negras:

## Uma abordagem jornalística para o enfrentamento ao racismo em pautas sobre violência racial e de gênero



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Tiragem: 1ª edição – 2026 – versão eletrônica

### Elaboração, distribuição e informações:

Esta publicação, produzida por Criola, integra as ações do **Projeto Empoderando Mulheres Negras para o Enfrentamento da Violência**, que tem por objetivo oferecer subsídios para que organizações e lideranças negras elaborem estratégias locais e nacionais de enfrentamento à violência racial e de gênero; além de articular lideranças de todas as regiões do país para a construção de estratégias e delineamento de ações políticas nacionais para o enfrentamento da violência e do feminicídio.



**criola**

Av. Pres. Vargas, 482, Sobreloja 203 – Centro, Rio de Janeiro – RJ – 20051-001

Site: [criola.org.br](http://criola.org.br)

E-mail: [criola@criola.org.br](mailto:criola@criola.org.br)

# Ficha Técnica

## **Coordenação Geral**

Lúcia Xavier

## **Coordenação Programática**

Mônica Sacramento

## **Coordenação de Comunicação**

Élida de Aquino

## **Assistente de Coordenação e Incidência Política**

Patrícia Oliveira de Carvalho

## **Redação e edição**

ALTER Conteúdo Relevante

## **Coordenadora do projeto**

Carolina Wanderley

## **Pesquisa e redação**

Ariane Cruz

Carolina Wanderley

Geice Oliveira, Marcele Ferraz

Myllena Amorim

## **Revisão**

Carolina Wanderley

Élida de Aquino

Mariana Rodrigues

## **Projeto gráfico e diagramação**

Letícia Nascimento

Jennifer Santos



# Sumário

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| Apresentação                                             | 6  |
| Introdução                                               | 8  |
| Por que falar de enfrentamento ao racismo no jornalismo? | 9  |
| A importância da representatividade na mídia             | 11 |
| Escuta ativa e abordagem respeitosa                      | 15 |
| Armadilhas narrativas a evitar                           | 22 |
| Ampliando a diversidade de vozes                         | 23 |
| Ferramentas práticas para jornalistas                    | 25 |
| Construção de repertório                                 | 27 |
| Depoimentos e perspectivas                               | 28 |
| Exemplos de abordagens na mídia                          | 30 |
| Conclusão                                                | 36 |
| Links úteis                                              | 37 |
| Referências                                              | 38 |
| Agradecimentos                                           | 40 |

# Apresentação

Desde 1992, CRIOLA, organização de mulheres negras, atua na defesa e promoção dos direitos de mulheres negras cis e trans no Brasil, enfrentando o racismo patriarcal cisheteronormativo, o sexismo, a LGBTfobia e todas as formas de desigualdade que limitam o acesso dessas mulheres à vida plena, à justiça e ao Bem Viver. Sua missão se realiza por meio da formação política, produção de conhecimento, comunicação estratégica, mobilização social e incidência na formulação de políticas públicas, consolidando-se como uma organização de referência nacional e internacional na luta antirracista e na construção de condições dignas de existência para mulheres negras. Ao longo de sua trajetória, CRIOLA estruturou ações que fortalecem o protagonismo dessas mulheres em múltiplos campos, sempre compreendendo que disputar narrativas é também disputar poder, memória e futuro.

É nesse caminho que se insere o projeto Empoderando Mulheres Negras para o Enfrentamento à Violência Racial e de Gênero, iniciativa focada no fortalecimento político, comunicacional e estratégico para responder às múltiplas dimensões da violência racial e de gênero, incluindo sua dimensão simbólica e discursiva. O projeto amplia capacidades individuais e coletivas para que mulheres negras se reconheçam como sujeitas de direito, ocupem espaços de protagonismo e incidência, e construam respostas às violências que atravessam suas vidas.

**Não fale por mulheres negras, fale com mulheres negras: Uma abordagem jornalística antirracista e de enfrentamento à violência racial e de gênero responde diretamente a essa perspectiva.** O material analisa criticamente a forma como a imprensa retrata mulheres negras, destacando mecanismos de invisibilização, silenciamento, estereotipação e culpabilização que ainda moldam a cobertura jornalística. Ao evidenciar como a mídia frequentemente restringe suas imagens à violência, superexposição do sofrimento ou desumanização, a cartilha reforça a necessidade de “disputarmos” o campo comunicacional como espaço de direitos.

Através da cartilha, CRIOLA demonstra que a comunicação também é um campo de disputa política. Sendo assim, transformar a forma como mulheres negras são narradas é parte fundamental da luta por dignidade, liberdade e Bem Viver. Fortalecer suas vozes é condição primordial para transformação dos paradigmas sociais que permeiam o país.



# Introdução

Trabalhar a escuta ativa e empática quando se está entrevistando uma pessoa que passou por um processo de violência – principalmente quando se trata de uma mulher negra – é um dos temas abordados nesta cartilha. E foi justamente este o ponto de partida para a criação deste material. Durante um media training realizado pela ALTER Conteúdo, encomendado por CRIOLA, com integrantes da Rede Empoderando Mulheres Negras para o Enfrentamento à Violência Racial e de Gênero, muitas das lideranças parceiras relataram seu desconforto em conversar com a imprensa. Os motivos, segundo as participantes, vão desde o medo de serem mal interpretadas, passando pelo risco de sofrerem revitimização, até a redução de suas histórias aos estereótipos de sempre.

Diante disso, CRIOLA e ALTER se uniram para produzir uma cartilha que contribua para transformar essa realidade. Com uma equipe formada por jornalistas negras, a partir de um processo de escuta de mulheres negras, **Não fale por mulheres negras, fale com mulheres negras: Uma abordagem jornalística para o enfrentamento ao racismo em pautas sobre violência racial e de gênero** convida jornalistas, em especial os que cobrem temáticas relacionadas à violência racial e de gênero, a reverem, de forma crítica, suas práticas de trabalho, a fim de construir pontes de diálogo e promover uma cobertura mais justa e representativa da realidade das mulheres negras no Brasil.

Aliando embasamento teórico e sugestões para aplicação prática, o material espera ajudar na mudança de paradigmas, para que mulheres negras possam, finalmente, ter as suas vozes reverberadas e o protagonismo que tanto lhes foi negado, em decorrência do racismo, além de tratamentos mais empáticos durante interações com a imprensa.

# Por que falar de enfrentamento ao racismo no jornalismo?

A imprensa, como formadora de opinião e pilar democrático do país, desempenha um papel social fundamental no desenvolvimento das agendas de debates, definindo o que está em foco e o que passará a ser, ou permanecerá, marginalizado. A temática do racismo, e suas camadas mais profundas, está longe de ter a atenção que merece e precisa. O enfrentamento ao racismo se torna ainda mais urgente quando falamos das mulheres negras brasileiras, grupo que mais sofre experiências de discriminação racial e de gênero, segundo pesquisa do Ministério da Igualdade Racial (MIR).

Mas, para entender os impactos disso no jornalismo, é preciso dar um passo para trás e analisar um pouco do contexto histórico. No Brasil, desde sua consolidação como prática moderna, as mulheres negras estiveram à margem das redações e quase sempre fora das páginas, exceto quando retratadas sob o olhar do preconceito ou da exotização. Nada novo sob o sol, uma vez que o país tem a escravidão na base de sua formação, fazendo com que a imprensa, desde o início, reproduzisse as mesmas lógicas raciais que sustentavam a sociedade brasileira.

Periódicos como O Menelick (1915), A Voz da Raça (1933) e O Clarim d'Alvorada (1924), criados por intelectuais negros em São Paulo, Periódicos como O Menelick (1915), A Voz da Raça (1933) e O Clarim d'Alvorada (1924), criados por intelectuais negros em São Paulo, começaram a abrir caminhos para uma mudança, ainda que a presença de mulheres fosse tímida. Foi apenas a partir da década de 1960 que elas “entraram de vez”, ocupando editorias “femininas”, como moda, comportamento e cultura. As mulheres negras, atravessadas por dupla barreira (racismo e sexismo), seguiram praticamente ausentes das equipes de redação e das telas de TV.

Foi com o crescimento e fortalecimento do Movimento Negro Unificado e das reflexões sobre o feminismo negro, nos anos 1980, que elas começaram a ganhar espaço, quando nomes de jornalistas e intelectuais negras despontaram nos veículos de comunicação. Para citar algumas delas: **Thereza Santos**, atriz, militante e articuladora cultural, que também escreveu e produziu críticas sociais para jornais

e revistas; **Rosane Borges**, considerada, à época, uma das principais teóricas da comunicação e raça no Brasil; **Regina Célia dos Santos**, que atuou na Folha de S.Paulo e foi uma das primeiras repórteres negras da grande imprensa paulista; **Lena Santos**, uma das primeiras apresentadoras negras do Brasil; e **Glória Maria**, primeira repórter a entrar ao vivo e em cores no Jornal Nacional e uma das primeiras repórteres negras na TV.

Intelectuais como **Lélia Gonzalez** e **Beatriz Nascimento** afirmavam que a comunicação brasileira era “o espelho mais polido da ideologia do branqueamento”, e que só seria verdadeiramente democrática quando incorporasse o olhar das mulheres negras, não como curiosidade, mas como pensamento.

Com a expansão das universidades públicas e das políticas afirmativas, novas gerações de jornalistas negras consolidaram suas presenças nas redações, trazendo novas perspectivas e começando um movimento que vai em direção ao rompimento do monopólio da branquitude sobre a fala e a edição.

Ainda assim, os números revelam a distância entre ideal e prática. Segundo a pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira (GEMAA/UERJ, 2021), pessoas negras representam menos de **20%** dos profissionais de jornalismo no país — e mulheres negras ocupam menos de **5%** dos cargos de chefia ou decisão editorial. Em um país onde **28%** da população é formada por mulheres negras (IBGE, 2022), a disparidade evidencia que a democratização da imprensa ainda é um projeto em construção.



# A importância da representatividade na mídia

A imprensa nacional, para além de ferramenta de combate ao racismo, pode atuar também na construção de narrativas de enfrentamento ao racismo e centradas na perspectiva política e cultural dos povos negros. A ascensão de novas iniciativas de mídia negra e feminista, criadas e lideradas por mulheres negras como o **Bloqueiras Negras, Nós, Mulheres da Periferia, Papo de Preta, Alma Preta Jornalismo, Gênero e Número, PerifaConnection e Notícia Preta** se tornaram espaços fundamentais de produção de conhecimento e jornalismo crítico.

Mas, ainda é preciso ter mais representatividade nas redações de maneira geral. Um estudo do Reuters Institute, divulgado em 2022, revela que aproximadamente **77%** dos profissionais nas redações brasileiras são brancos, apesar de cerca de **55,7%** da população brasileira se autodeclarar negra. Em outra pesquisa realizada pelo Jornalistas&Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto Corda e l'MAX, os dados sobre violências de gênero e racial sofridas pelas mulheres negras demonstram de forma mais evidente como a combinação dessas opressões opera. De acordo com o levantamento “Perfil Racial da Imprensa Brasileira”, de 2021, **52,2%** das jornalistas negras entrevistadas disseram que são “desacreditadas, não temos voz nem credibilidade, não levam em consideração a opinião da mulher negra”. Pouco mais de **20%** relataram casos de assédio, **15,9%** sentem que são tratadas como incapazes ou inaptas e **15,9%** disseram sentir discriminação no tratamento profissional.

Ocupar esses espaços pode parecer algo irrelevante, mas não é. A representatividade é fundamental para alimentar a noção de pertencimento, ajudando a construir e fortalecer uma identidade racial que, por muito tempo, foi considerada inferior às outras.

# Mais representatividade é igual a mais pluralidade de olhares e vivências



Além disso, a multiplicidade de visões de mundo nas redações também contribui para a produção de matérias com menos estereótipos raciais, como a associação de mulheres negras à imagem da “negra raivosa”, à criminalidade ou à pobreza, por exemplo, e entrevistas que coloquem meninas e mulheres negras, cis e trans, em situações de violência indireta – quando, além do impacto causado pelo trauma de perder seus entes queridos, elas experienciam violações diversas pós-acontecimento, causando revitimização.

“

Sinceramente, a sensação de vazio e impotência superam a expectativa que aquele veículo conseguirá dar vazão à dor que nos invade.

“

Sempre que se conta a história de uma violência sofrida se sofre essa mesma violência outra vez. A diferença estará sempre no objetivo de contar a história.

Depoimentos de mulheres negras  
sobre entrevistas à imprensa

“

**Não houve consulta  
sobre que fotos utilizar.**

“

**O senso comum acha logo que ficamos famosas, inclusive eu usava sarcástica e protetivamente essa expressão, mas eu estava destruída. Minha saúde mental dali acabou. O bom é que a gente é tão descartável que não demora muito para notícia desaparecer.**

Depoimentos de mulheres negras  
sobre entrevistas à imprensa

# Escuta ativa e abordagem respeitosa

Mas, como podemos reverter esse contexto e enxergar outros horizontes para o enfrentamento ao racismo e ao gênero nos veículos midiáticos? Antes de tudo, é fundamental saber ouvir para que se tenha uma comunicação respeitosa. Isso significa ter uma escuta efetivamente ativa e empática com a história que está sendo contada pela sua personagem – uma mulher negra que já lidou com tantas camadas de exclusão ao longo da vida (inclusive, uma delas pode ser o objeto da sua pauta). Exercer uma escuta ativa é se predispor a ouvir para aprender com as mulheres negras.

Cobrir feminicídio e violência sexual coloca o jornalismo diante de um questionamento constante: **como informar a sociedade sem transformar a dor da mulher vitimizada em espetáculo?** A imprensa tem papel decisivo na formação de consciência coletiva sobre essas violências, mas esse papel só se cumpre quando a cobertura evita o sensacionalismo, contextualiza as causas estruturais e coloca no centro da pauta a dignidade de quem sofreu a violência.

[Acesse aqui](#)



## No jornalismo, o processo requer cuidados como:

**01** Saiba ouvir e entenda o melhor momento de interromper e/ou acolher. Esse cuidado deve começar ainda na apuração;

---

**02** Compreenda suas vivências da sua fonte e o contexto do qual ela fala, primordial para a condução de uma entrevista que busca respeitar a história e a sua protagonista;

---

**03** Não faça abordagens preconceituosas e perguntas capciosas que possam alimentar um enquadramento racista;

---

**04** Evitar formular perguntas estigmatizantes, que colocam a mulher negra em lugares racistas e sexistas, é essencial nesse momento que antecede a entrevista;

---

**05** Crie um ambiente minimamente seguro para a entrevista, fazendo tudo com o consentimento da fonte, seja sobre o tema, o tempo da entrevista e o uso da fala;

---

**06** Avise previamente sobre perguntas sensíveis e sempre avalie a possibilidade de oferecer à sua fonte a revisão de trechos mais delicados;

---

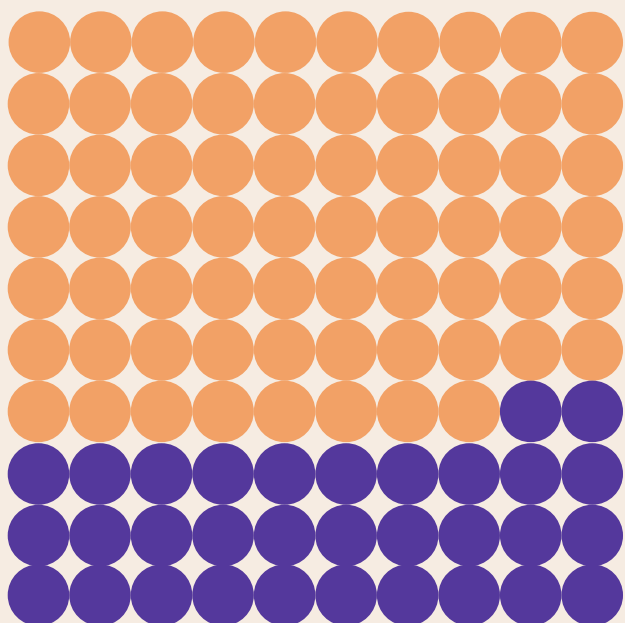
**07** Atenção à edição, pois ela também norteia uma entrevista antirracista ao garantir que não sejam feitos recortes com enfoque apenas na dor e no trauma daquela mulher, e que não sejam alterados os sentidos da sua fala.

---

Falando especificamente sobre pautas que envolvem violências como, por exemplo, a de gênero, as mulheres negras são as mais impactadas. **O Brasil, por 16 anos consecutivos, é o país que mais mata pessoas trans** – que em sua maioria, são jovens, pretas, pobres e nordestinas<sup>1</sup>.

# 68,2%

dos óbitos foram  
de mulheres  
pretas e pardas



# 35.213

Homicídios de  
pessoas negras,  
pretas e pardas  
em 2023

Fonte: Dados do Atlas da Violência 2025, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Registrar sistematicamente os casos de feminicídio não é apenas uma apuração estatística, mas um ato político de memória. Iniciativas de monitoramento, como dossiês e observatórios, recusam o apagamento imposto pela violência, transformando nomes silenciados em dados que pressionam por políticas públicas e responsabilização. **Cada mulher contabilizada é uma história que a sociedade se recusa a esquecer.**

[Acesse aqui](#)

[1] Dados do dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra, divulgado em janeiro de 2025.

“

**Tenha sensibilidade e empatia.**

“

**Tenha uma escuta ativa. Olhe para a vivência como um todo, entendendo qual a perspectiva da vítima em relação à violência antes de ser a protagonista da situação.**

Depoimentos de mulheres negras  
sobre entrevistas à imprensa

“

**Tente se colocar no lugar desta mulher para visualizar como gostaria de ter o seu caso retratado, caso você fosse a vítima.**

“

**Seja cuidadoso com a sua fala e respeite o momento pelo qual a vítima está passando.**

“

**Ouça com atenção e sem julgamentos.**

Depoimentos de mulheres negras  
sobre entrevistas à imprensa

“

**Solidarize-se com a dor da vítima, pergunte o que ela quer contar e deixe que ela demonstre quais são os limites.**

“

**Eu sei que não é simples, mas é preciso ver a mulher negra como participante da sociedade. É estranho dizer isso, mas as pessoas precisam entender que nós fazemos parte da sociedade e não merecemos passar por violências. Também merecemos ser protegidas e cuidadas.**

Depoimentos de mulheres negras  
sobre entrevistas à imprensa

“

**Pare de nos olhar com o olhar do preconceito. Antes de escrever, reconheça seus privilégios e entenda que a mulher negra não é apenas uma vítima de manchete, ela é uma vida inteira, cheia de força e humanidade. É preciso contar nossa história sem estereótipos, sem reduzir nossa dor à tragédia, ao vitimismo ou ao espetáculo.**

Depoimentos de mulheres negras  
sobre entrevistas à imprensa

# Armadilhas narrativas a evitar

**01** A mulher negra deve ser enxergada como uma autora da própria narrativa e não como um objeto da sua pauta.

---

**02** Saia do lugar comum e convide mulheres negras para serem fontes de outros temas que não apenas racismo, violência etc. Mas, caso o assunto passe por esses temas, nomeie. Não apontar é minimizá-lo.

---

**03** Na entrevista ou durante a apuração, evite reduzir a mulher negra a personagens secundárias e coadjuvantes, e não presuma experiências com base em estereótipos como por exemplo deduzir que ela sofreu muito só por ser negra.

---

**04** Não pergunte o horário, roupa, motivação, companhia ou qualquer outro indício que a culpabilize por ter sofrido a violência.

---

Análises de coberturas jornalísticas sobre feminicídio no Brasil apontam um padrão recorrente: perguntas e enquadramentos que buscam justificativas no comportamento da mulher vitimizada — sua roupa, seu histórico afetivo, se “provocou” o agressor. Esse tipo de abordagem desloca a responsabilidade do agressor para a mulher que sofreu a violência, reproduzindo a mesma lógica que sustenta o machismo e o racismo, agora sob a forma de narrativa jornalística.

[Acesse aqui](#)



## Lembre-se

Antes de tudo, escute ativamente, acolha, e busque entender a sua história. Dessa forma, conseguirá contá-la de maneira coerente e respeitosa para os seus leitores ou sua audiência.

# Ampliando a diversidade de vozes

Para além do exercício da escuta ativa e empática, colocar mulheres negras no centro das narrativas, não apenas como personagens, mas como especialistas e formadoras de opinião, é fundamental para mudar a maneira estigmatizada com que elas, por vezes, são retratadas na imprensa. Sua presença em posições de autoridade discursiva combate o racismo estrutural e redefine quem é considerado referência no debate público. A cada pauta e escolha de fonte, o jornalista tem a oportunidade de reforçar desigualdades ou de enfrentá-las.

Historicamente, essas mulheres tiveram seus saberes desqualificados e invisibilizados por estruturas de poder que definem quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos, o que **Sueli Carneiro** chama de epistemicídio negro. Ouvi-las como especialistas, colocando-as em papéis de autoridade, é um ato de reparação e uma estratégia ética para produzir narrativas mais plurais, rompendo com padrões e transformando as referências sociais. Um jornalismo que as inclui como especialistas ganha qualidade, credibilidade e representatividade, fortalecendo o vínculo com públicos historicamente silenciados.

A criação de um banco de fontes de mulheres negras, por exemplo, é uma forma de ter à mão, sempre que necessário, especialistas de diversas áreas para as pautas, sem impactar a celeridade da apuração. Esse movimento deve ser feito de forma contínua, saindo da bolha das mesmas vozes e descobrindo intelectuais negras em universidades, movimentos, empresas e territórios.

A Rede de Jornalistas pela Diversidade na Comunicação lançou, no início de 2026, o Banco de oportunidades e fontes de conhecimento, uma ferramenta que conecta profissionais negros da comunicação a oportunidades de trabalho, pesquisa e filtragem de fontes e especialistas.

[Acesse aqui](#)

Outra iniciativa é o Banco de Fontes Negras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que reúne docentes, discentes de graduação e de pós-graduação, servidores técnico-administrativos e pesquisadoras negras (pretas e pardas), especialistas nos mais diferentes temas.

A Marcha das Mulheres Negras organizou, em 2025, um mapa de fontes para temáticas como democracia e participação política, justiça climática, educação e cultura, trabalho, saúde, justiça para vítimas de violência, justiça racial e reparação histórica, territorial e fundiária. Além disso, é possível encontrar a agenda política, ganchos jornalísticos, efemeridades e sugestões de pauta.

É importante lembrar das inúmeras organizações de mulheres negras, que possuem especialistas em temáticas diversas como CRIOLA, Fundo Agbara, Odara – Instituto da Mulher Negra, Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, Instituto Marielle Franco e Articulação de Organizações de Mulheres Negras, para citar algumas.

## O que faz alguém ser considerado especialista pela imprensa?

Na prática, a lógica de validação de especialistas segue um ciclo vicioso. Para ser reconhecida como autoridade por veículos de comunicação, uma pessoa precisa:

Ter histórico de entrevistas e aparições públicas

Ser indicada por outras fontes ou instituições já legitimadas

Circular em redes profissionais reconhecidas

Ser vista como referência por jornalistas (muitas vezes os mesmos)

### O problema?

Para ser chamada, é preciso já ter sido chamada antes. Assim, o acesso à mídia se concentra nas mesmas vozes, reforçando desigualdades e dificultando que novos especialistas, especialmente de grupos minorizados, conquistem espaço.

O resultado é que quem é ouvido continua sendo ouvido e quem nunca foi, dificilmente será. O questionamento que fica é:

**Como ampliar quem é reconhecido como autoridade e quebrar esse ciclo?**

# Ferramentas práticas para jornalistas

Para além de uma diversidade nas fontes para a matéria e do processo de escuta ativa e empática, é possível adotar ferramentas práticas que ajudem a garantir uma abordagem respeitosa com mulheres negras, principalmente as que passaram por algum tipo de violência racial e de gênero.

Um bom começo é ter um checklist antirracista para a produção. Antes de publicar uma matéria, vale se perguntar:

Quem fala neste texto?

Essas vozes representam a diversidade do tema?

A linguagem utilizada reforça esteriótipos?

O enquadramento da pauta parte de um olhar branco sobre o tema?

Há mulheres negras, indígenas e pessoas periféricas reconhecidas como especialista ou apenas como personagens?

Como esse texto retrata as pessoas negras – pela falta ou pela potência?

Essas vozes representam a diversidade do tema?

Essas perguntas ajudam a enxergar o que o automatismo da redação tende a esconder. Como lembra a jornalista **Flávia Oliveira**, “a neutralidade é um mito, toda escolha é política, e o jornalismo precisa assumir o lado da igualdade”.

Outra ferramenta importante é o conjunto de perguntas de autocorreção antes da publicação. Elas funcionam como um espelho ético para quem escreve, edita e revisa. Questione-se:

Estou reproduzindo visões hierarquizadas do mundo?

Estou dando espaço proporcional às vozes negras, ou tratando-as como exceção?

Há algum termo, imagem ou título que possa reforçar estigmas raciais?

De que modo o texto reconhece a complexidade e dignidade das pessoas retratadas?

O texto identifica e nomeia o racismo quando ele está presente, ou o dilui em eufemismo como “polêmica”, “caso isolado”, “tensão”?

Essas vozes representam a diversidade do tema?

Esse tipo de checagem, mais ética do que técnica, fortalece o compromisso com uma comunicação que não apaga, não distorce e não humilha.

# Construção de repertório

É igualmente essencial cultivar uma formação continuada sobre o tema. O racismo é uma estrutura que se reinventa e o jornalismo precisa acompanhar o debate. Há um vasto campo de autoras e pensadoras negras brasileiras e estrangeiras que podem iluminar esse percurso.

**Grada Kilomba**, com *Memórias da plantação*, discute como a linguagem e a narrativa reproduzem exclusões;

**Cida Bento**, em *O Pacto da branquitude*, analisa as vantagens simbólicas e institucionais de ser branco, essenciais para quem quer compreender o funcionamento do racismo estrutural;

**Rosane Borges**, em *Imaginários emergentes e mulheres negras: representação, visibilidade e formas de gestar o impossível*, apresenta saídas, rastreadas no tecido do manto das mulheres negras, para que possamos escapar do colapso em que nos encontramos;

**Bianca Santana**, em *Quando me descobri negra*, revela como a consciência racial transforma a maneira de ver o mundo e de narrá-lo;

**Conceição Evaristo**, em obras como *Ponciá Vicêncio* e *Olhos d'Água*, mostra que escrever também é um ato político e coletivo, um modo de afirmar a humanidade e registrar memórias silenciadas ; e

**Ynaê Santos Lopes dos Santos**, com a obra *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*, retrata as peculiaridades do racismo no país.

Outras obras também oferecem caminhos para uma escuta mais plural: *Empoderamento*, de **Joice Berth**, *A liberdade é uma luta constante*, de **Angela Davis**, *Cartas para minha avó*, de **Eliana Alves Cruz**, e *Futuro ancestral*, de **Kiusam de Oliveira**. Ler essas autoras é um modo de afinar o olhar, entender as nuances do racismo e reconhecer o papel do jornalismo na sua reprodução ou transformação.

Essas ferramentas não são um fim em si mesmas, mas um caminho para que a prática jornalística se torne, pouco a pouco, mais justa, diversa e verdadeira. Ser antirracista é um verbo: agir, corrigir, refazer, ouvir e aprender — todos os dias, em cada pauta, em cada linha.

# Depoimentos e perspectivas

Para a produção da cartilha, a equipe conversou com jornalistas presencialmente e coletou respostas via formulário online para entender um pouco mais sobre suas visões da temática. Vale ressaltar que as opiniões foram fornecidas por profissionais que trabalham em mídias (TV, rádio, podcast, sites e jornais impressos) e editorias diversas (economia, meio ambiente, tecnologia, cidades, cultura, política, segurança pública e direitos humanos), reforçando que a discussão sobre práticas antirracistas atravessa todo o fazer jornalístico, independentemente do tipo de mídia ou temática.

A partir das respostas, percebeu-se que o principal entrave para a cobertura antirracista não é a falta de mulheres negras especialistas, mas a combinação entre urgência de fechamento, mailings restritos e critérios de autoridade que se repetem há décadas. Na rotina, recorre-se “a quem já está na mão”, e a diversidade vira promessa adiada. Além disso, os profissionais ouvidos alegam que as escolhas da redação são políticas e muitas vezes tomadas por quem está acima deles, de forma que a decisão de quem interpreta economia, infraestrutura ou saúde também segue essa lógica. Eles relatam que a presença de especialistas negras ainda é tratada como exceção, não regra.

Essas escutas apontam caminhos operacionais. Um banco de fontes por área só funciona se vier com relacionamento ativo: apresentação das especialistas a repórteres e chefias, convites para conversas editoriais, participação em seminários e mesas que misturam grandes instituições e vozes negras, não para nichar, mas para normalizar sua presença como autoridade.

Do lado das fontes, é decisivo oferecer conteúdo que fure o bloqueio da rotina: leituras ancoradas no tema da semana, análises com microdados públicos, séries temporais e ângulos inéditos; do lado das redações, é preciso bancar quem entrega densidade técnica ainda que não esteja no circuito “chancelado”. Profissionais de diferentes editorias reforçam que uma cobertura antirracista exige não só ampliar referências, mas também revisar processos internos, questionar padrões históricos e criar ambientes que fomentem escuta qualificada e decisões menos automatizadas.

Quando olhamos para pautas que envolvem violência racial e de gênero, muitos sequer enxergam que estão reproduzindo estereótipos e revitimizando as mulheres entrevistadas. Assim, a falta de repertório e de conhecimento do tema, somado ao racismo estrutural e à baixa presença de profissionais negros nas redações, acabam contribuindo para a cobertura menos empática e cuidadosa com essas mulheres. Nesse sentido, programas de qualificação internos e vagas afirmativas seriam um possível caminho para a questão.



# Exemplos de abordagens na mídia

## POSITIVAS



### Caso “Mães de Acari”, 1993

O caso marcou a história do país pelo desaparecimento forçado de 11 jovens da Favela de Acari, no Rio de Janeiro, em 1990, com fortes indícios de envolvimento de policiais militares. Três anos depois, em 1993, duas mulheres integrantes do grupo Mães de Acari foram assassinadas após denunciarem a violência policial na comunidade. Uma delas, Edneia da Silva Eusébio, é lembrada em reportagem, 25 anos após o ocorrido.

**Veículo:** TV Brasil

[Link para a reportagem completa](#)

#### Pontos positivos da abordagem

Repórter consultou uma especialista negra a respeito do caso e tratou o acontecimento com respeito e empatia.



### Caso Kathlen Romeu, 2021

A jovem de 24 anos estava grávida quando foi alvejada e morta com um tiro de fuzil no tórax, em 8 de junho de 2021, próximo a uma comunidade na zona norte do Rio de Janeiro.

**Veículo:** G1

[Link para a reportagem completa](#)

#### Pontos positivos da abordagem

Além da escolha de fotos que humanizam a vítima, a reportagem procurou ouvir familiares e a credenciou com a sua formação profissional.

## POSITIVAS



### Caso Luana Barbosa, 2016

Luana Barbosa, mulher negra e lésbica, foi assassinada em abril de 2016, em Ribeirão Preto (SP), por três policiais, que a espancaram na frente de seu filho de 14 anos.

**Veículo:** Jornalistas Livres

[Link para a reportagem completa](#)

#### **Pontos positivos da abordagem**

A matéria fala de forma direta sobre o racismo e a lesbofobia sofrida por Luana, traz dados sobre o histórico do Brasil no assassinato de pessoas LGBTQIAPN+, além de ouvir a família e escolher uma foto que humaniza a vítima.



### Caso Bernadete Pacífico, 2023

Bernadete Pacífico ("Mãe Bernadete"), 72 anos, ialorixá e líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, coordenadora nacional da Conaq, foi assassinada a tiros em Simões Filho (BA), em agosto de 2023.

**Veículo:** Carta Capital

[Link para a reportagem completa](#)

#### **Pontos positivos da abordagem**

A cobertura menciona nome completo, sua trajetória, ocupação, além de ouvir família e movimentos. A escolha da foto é cuidadosa e mostra um momento de descontração.

## POSITIVAS



### Caso Daiana dos Santos da Silva, 2020

Daiana dos Santos da Silva, 27 anos, modelo fotográfica e cabeleireira especialista em cabelos cacheados e crespos, foi morta a facadas pelo ex-namorado em Blumenau (SC).

**Veículo:** Esquerda Diário

[Link para a reportagem completa](#)

#### **Pontos positivos da abordagem**

A matéria menciona profissão da vítima e seu trabalho de valorização da estética negra nas redes sociais, humanizando-a além do fato violento. A escolha da foto é respeitosa. A reportagem traz dados ligados ao feminicídio.



### Caso Maria José Rodrigues, 2021

Dois quebradores de coco, mãe e filho, foram esmagados por palmeiras que, segundo denúncias, teriam sido derrubados propositalmente por um fazendeiro na Comunidade Bom Lugar, em Penalva (MA).

**Veículo:** G1

[Link para a reportagem completa](#)

#### **Pontos positivos da abordagem**

A reportagem procurou ouvir testemunhas e órgãos públicos, como a Secretaria de Direitos Humanos e a Polícia Civil. As fotos utilizadas são de momentos de descontração das vítimas.

## NEGATIVAS

 RJ

### Caso Cláudia Ferreira, 2014

Após ser baleada durante uma operação policial em uma comunidade do Rio de Janeiro, Cláudia Ferreira foi colocada no porta-malas da viatura, mas seu corpo caiu e ficou pendurado no para-choque. Apesar das tentativas de aviso, por parte de pedestres e outros motoristas, o carro só parou 250m depois, em um sinal vermelho.

**Veículo:** Extra

[Link para a reportagem completa](#)

#### **Pontos negativos da abordagem**

Além de utilizar imagens desumanizadas da vítima durante o ocorrido, sem, ao menos, borrar o rosto e o corpo, a reportagem optou por utilizar a foto da identidade de Cláudia estilo “mug shot”, expressão em inglês para foto de fichamento policial, que no imaginário popular é comumente relacionada a criminalidade.

 AM

### Vítima sem nome divulgado, 2026

Mulher foi intubada após ser agredida pelo ex-marido em Manaus (AM); ele alegou que ela teria caído de uma escada, mas laudos comprovaram a agressão.

**Veículo:** CNN

[Link para a reportagem completa](#)

#### **Pontos negativos da abordagem**

O texto é puramente factual / policial, sem identificação da vítima, sem ouvir família, testemunhas, vizinhos ou especialistas, sem qualquer contextualização social. Os únicos nome e fala que aparecem na reportagem são os da delegada.

## NEGATIVAS ✖



### Caso Ágatha Félix, 2019

Ágatha Félix, de 8 anos, foi atingida por um tiro de fuzil, quando voltava para casa em uma kombi junto com a mãe, no Complexo do Alemão, comunidade na Zona Norte do Rio de Janeiro.

**Veículo:** G1 (reprodução Bom Dia Brasil / TV Globo)

[Link para a reportagem completa](#)

#### Pontos negativos da abordagem

Apesar do pedido da família para não filmarem o velório, a TV Globo exibiu o cortejo e parte do sepultamento da pequena Ágatha. Ademais, não ouviu os familiares, ficando a matéria apenas com o lado da polícia, que deu seu depoimento em ambiente controlado e de forma contida, enquanto os parentes da vítima foram retratados a partir de “gritos” de indignação, reforçando estigmas raciais.



### Caso Samara, 2026

Samara, jovem de 19 anos, grávida, trabalhadora doméstica, foi agredida e torturada pela patroa Carolina Sthela Ferreira dos Anjos em Paço do Lumiar (MA).

**Veículo:** Mirante News FM

[Link para a reportagem completa](#)

#### Pontos negativos da abordagem

A maior parte da cobertura factual nomeia e detalha exaustivamente a agressora, mas não nomeia nem humaniza a vítima. No site em questão, só se sabe o nome (incompleto) da vítima em áudio anexado à reportagem. A foto escolhida é das costas da vítima, mostrando marcas da agressão.

## NEGATIVAS ✕



### Caso Marisa de Carvalho Nóbrega, 2017

A diarista e vendedora Marisa de Carvalho Nóbrega, de 48 anos, morreu em decorrência de uma coronhada desferida por um policial do BOPE quando tentava socorrer os filhos, que estavam sendo espancados por policiais durante operação na Cidade de Deus, comunidade no Rio de Janeiro.

**Veículo:** O Globo

**[Link para a reportagem completa](#)**

#### **Pontos negativos da abordagem**

A escolha da foto, de um momento de sofrimento de pessoas próximas à vítima, foi sensacionalista, sem imagens da própria Marisa. Além disso, a reportagem não credenciou a vítima e nem ouviu familiares, focando apenas na descrição da violência sofrida pelos jovens.

# Conclusão

O primeiro passo para combater o racismo patriarcal cisheteronormativo na cobertura da imprensa de casos de violência racial e de gênero praticada contra mulheres negras é reconhecer que ele existe na prática e não encarar como um fato isolado. É só a partir disso que mudanças realmente serão vistas e sentidas no modo de fazer jornalismo.

Rompa com o pacto da branquitude<sup>2</sup>, que opera dentro de uma “bolha de fontes”, priorizando figuras já recorrentes ou legitimadas pelas redes de relacionamento de jornalistas brancos, perpetuando, assim, um ciclo fechado de referências.

Saia da zona de conforto e busque ouvir outras vozes nos temas em que atua. Dê mais espaço para que especialistas negras participem das suas pautas – elas existem e estão mais próximas do que imagina.

Ouçá com cuidado e empatia, e não revitimize quem pode já estar passando por situações difíceis.

Lembre-se que ter uma postura de enfrentamento ao racismo requer ação. Passividade ou resignação é o mesmo que compactuar com práticas racistas.

A imprensa tem o poder de moldar imaginários, quando escolhe quais histórias contar e como contá-las, decidindo, também, quem é lembrado como sujeito pleno e quem continua sendo visto apenas como exceção ou problema. Ao retratar uma mulher negra com dignidade, o jornalismo colabora para reescrever o imaginário do país.

Que esta cartilha desperte reflexão e inquietação para que cada pessoa que atua ou se forma em jornalismo decida, a cada pauta e a cada escolha de fonte, ser uma aliada na transformação do fluxo da mídia brasileira.

[2] O Pacto da Branquitude é um conceito de Cida Bento, que descreve um acordo não verbalizado e silencioso entre pessoas brancas para assegurar a manutenção de privilégios em posições de poder, prestígio e recursos. É um padrão de fortalecimento mútuo que perpetua a exclusão de grupos não brancos, embora não seja uma conspiração formal, e opera por meio da seleção e apoio a pessoas brancas dentro das instituições.

# Links úteis

## Especialistas para fontes em matérias

[Banco de Fontes Negras da UFMG](#)

[Banco de fontes da Marcha das Mulheres Negras](#)

## Organizações para acompanhamento de ações

[ONG CRIOLA](#)

[Rede de Jornalistas pela Diversidade na Comunicação](#)

[Geledes – Instituto da Mulher Negra](#)

[Associação Mães Pretas](#)

[Fundo Agbara](#)

[Odara – Instituto da Mulher Negra](#)

[Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras](#)

[Instituto Marielle Franco](#)

[Articulação de Organizações de Mulheres Negras](#)

# Referências

Análise de respostas a formulário “Escutando Mulheres Negras”, disponível em <https://forms.gle/7u55MMChn>

Análise de respostas a formulário “Mapeamento de Jornalistas”. Disponível em: <https://forms.gle/N81m8UPYQHokkVXB9>

Análise de respostas a formulário “Escutando Jornalistas – racial/gênero”. Disponível em: <https://forms.gle/1fPcuhUkYCTVpEcp9>

Carneiro, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, 2011.

Entrevistas realizadas pela equipe, entre 1 e 26/10, com jornalistas.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>

GEMAA/UERJ (2021). Perfil Racial da Imprensa Brasileira. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa.

Gonzalez, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Zahar, 2020.

Kilomba, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Cobogó, 2019.

IBGE (2022). Síntese de Indicadores Sociais.

IPEA. Renda, Pobreza e Desigualdade. Disponível em: [Link](#)

Jornalistas&Cia, Instituto Corda, l'MAX, e Portal dos Jornalistas. Perfil Racial da Imprensa Brasileira. Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>.

Ministério da Saúde. Guia Prático de Cuidado à Mulher em Situação de Violência. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2025/guia-pratico-de-cuidado-a-mulher-em-situacao-de-violencia.pdf>

Nascimento, Beatriz. Beatriz Nascimento: Quilombola e Intelectual. Diáspora Africana, 2018.

Ribeiro, Djamila. Lugar de Fala. Pólen, 2017.

Santana, Bianca. Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro. Companhia das Letras, 2021. Rede de Jornalistas Pretos e Pretas. Manual Antirracista para Jornalistas. Disponível em: <https://redejpcomunicacao.org/manual-antirracista/>

Reuters Institute. O impacto humano da representação racial nas redações brasileiras. Disponível em: [https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-08/%28Portuguese%29%20RISJ%20paper%20\\_LuizTex\\_TT22\\_Final.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-08/%28Portuguese%29%20RISJ%20paper%20_LuizTex_TT22_Final.pdf?utm_source=chatgpt.com)

Universidade Federal de Minas Gerais. Banco de Fontes Negras da UFMG. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/banco-fontes-negras#:~:text=Este%20%C3%A9%20o%20Banco%20de,Cadastro%2Dse%20aqui!>

VI Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas. A representação do negro na cultura de mídia audiovisual brasileira: uma revisão sistemática da literatura. Disponível em: [Link](#)

# Agradecimentos

Agradecemos às mulheres negras e organizações que integram a Rede Empoderando Mulheres Negras para o Enfrentamento à Violência Racial e de Gênero em todo o país. Sem a confiança, escuta e construção ao longo dos anos de ação coletiva, este material não seria possível. Seus conhecimentos, experiências e perspectivas foram fundamentais para reafirmar a importância de uma comunicação que reconheça mulheres negras como sujeitas e autoras de suas próprias narrativas. Citamos, em especial, as representantes de cada organização parceira: Alicia Miranda (Frente de Apoio a Mulheres em Situações de Violência Doméstica), Amine Carvalho (Associação das Mulheres Negras do Acre), Ana Cláudia Justino (Rede de Mulheres Negras do Paraná), Ana Paula Linhares (Negro Sou), Andreia Souza (Movimento Mulheres na Contramão), Antonieta Luísa Costa (Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso), Cristina Souza Costa (Fórum Cearense de Mulheres), Damiana Neto (Ação Mulheres pela Equidade), Emanuele Cristina Santos do Nascimento (Rede de Mulheres Negras de Pernambuco), Eva Bahia (Didê – Nós por Nós), Haldaci Regina da Silva (Instituto da Mulher Negra do Piauí), Jaqueline Freitas Vaz (Comissão Pastoral da Terra – MA), Jessyca Lorrany (Casamais), Joyce Gravano (Niyara Espaço de Acolhimento e Aprendizagem), Lucélia Gomes (Sempre Mulher), Maria Aparecida Menezes Vieira (Aprosmig), Marília Freire (Humaniza Coletivo Feminista Amazonas), Mônica Brito (Comunema), Rosa Vanessa (Casa da Mulher de Ribeirão Preto), Selma da Silva Santos (Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria).

Agradecemos também à equipe da Criola e às profissionais envolvidas na pesquisa, redação, edição, revisão e produção desta cartilha, pelo compromisso e pelo trabalho dedicado à construção de uma abordagem jornalística antirracista. Estendemos nosso agradecimento às organizações, profissionais e instituições parceiras que contribuíram para tornar esta iniciativa possível.

Por fim, agradecemos a todas as pessoas e redes que, em diferentes territórios, contribuem para ampliar vozes, transformar práticas de comunicação e enfrentar as violências racial e de gênero. Que este material fortaleça esse compromisso coletivo com a dignidade, a justiça e o Bem Viver.

# Conheça as organizações que integram a Rede Empoderando Mulheres Negras para o Enfrentamento à Violência Racial e de Gênero:

**Acre** – [Associação das Mulheres Negras do Acre](#)

**Amapá** – [Frente de Apoio a Mulheres em Situações de Violência Doméstica](#)

**Amazonas** – [Humaniza Coletivo Feminista Amazonas](#)

**Bahia** – [Didê – Nós por Nós](#)

**Ceará** – [Fórum Cearense de Mulheres](#)

**Distrito Federal** – [Ação Mulheres pela Equidade](#)

**Espírito Santo** – [Negro Sou](#)

**Maranhão** – [Comissão Pastoral da Terra – MA](#)

**Mato Grosso** – [Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso](#)

**Minas Gerais** – [Aprosmig](#)

**Pará** – [Comunema](#)

**Paraná** – [Rede de Mulheres Negras do Paraná](#)

**Pernambuco** – [Rede de Mulheres Negras de Pernambuco](#)

**Piauí** – [Instituto da Mulher Negra do Piauí](#)

**Rio de Janeiro** – [Niyara Espaço de Acolhimento e Aprendizagem](#)

**Rio Grande do Norte** – [Movimento Mulheres na Contramão](#)

**Rio Grande do Sul** – [Sempre Mulher](#)

**São Paulo** – [Casa da Mulher de Ribeirão Preto](#)

**Sergipe** – [Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe](#) [Rejane Maria](#)

**Tocantins** – [Casamais](#)



# EMPODERANDO MULHERES NEGRAS

PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA  
RACIAL E DE GÊNERO

[www.criola.org.br](http://www.criola.org.br)

   @ongcriola

 @criolamulheresnegras

 Criola